

De regresso a Estocolmo, onde começou a diplomacia ambiental

Cimeira avalia o progresso alcançado em 50 anos, desde a primeira conferência sobre ambiente e desenvolvimento sustentável – um conceito que ainda não existia então

Clara Barata

Há 50 anos, em Estocolmo, começava a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com um discurso do então primeiro-ministro Olof Palme. "Foi decisiva, porque foi o começo da abordagem ao impacto das actividades humanas no ambiente e ao desenvolvimento sustentável", explica Francisco Ferreira, dirigente da associação ambientalista Zero, para explicar porque é que hoje se inicia, na capital sueca, outra conferência que vai avaliar o progresso – ou falta dele – neste meio século, *Estocolmo+50: Um planeta saudável para a prosperidade de todos*.

"A ideia de desenvolvimento sustentável começa a ser criada nessa altura, ainda sem ter esse nome, com uma dinâmica de problemas muito diferente da actual. Tínhamos os derames de petróleo, a poluição industrial, a consciência de que a população e os recursos podiam vir a ser um problema", diz Francisco Ferreira.

Foi publicado em 1972, no ano da conferência, o livro *Os Limites do Crescimento*, que foi marcante. Encomendado pelo Clube de Roma a Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III, cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, que usaram um

sistema computacional para simular as consequências da interacção entre os sistemas do planeta Terra e os sistemas humanos, com cinco variáveis: população, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos. Concluíam que, sem grandes alterações à forma como consumímos recursos naturais, "o resultado mais provável será um subtil e incontrolável declínio na população e na capacidade industrial".

Surgiu no momento em que a consciência ambiental estava a despertar. Estavam a ser criados os primeiros ministérios ou agências de ambiente, salienta Viriato Soromenho Marques, professor catedrático de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1970, por exemplo, foi criada a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, pelo Presidente Richard Nixon. O primeiro Dia da Terra tinha sido comemorado em 1970. Ainda no final da década de 1960, o Japão e a Suécia criavam ministérios do Ambiente.

Marcelo Caetano aproveitou
Para Portugal, ainda durante o Estado Novo, participar na conferência de Estocolmo foi muito importante. "O Governo recebeu em 1969 o convite para estar presente e Marcelo Caetano, que tinha chegado ao

Governo uns meses antes, no final de 1968, e estava interessado em quebrar o isolamento diplomático de Portugal nas Nações Unidas, por causa da guerra colonial, fez o trabalho de casa", conta Viriato Soromenho Marques.

"Marcelo Caetano convidiu o engenheiro José Correia da Cunha, uma das pessoas mais notáveis que conheci na minha vida, que constituiu uma espécie de EPA portuguesa, a Comissão Nacional do Ambiente, que respondia directamente perante ele", relata Viriato Soromenho Marques. "Quando veio o 25 de Abril, já estava criada a base para a política ambiental." Na preparação para a conferência, foi feito o primeiro relatório sobre o estado do ambiente em Portugal – e nas colónias – de 60 páginas, publicado em 1971.

A Conferência de Estocolmo há 50 anos foi um catalisador das mudanças que estavam a acontecer. "Diria que foi o tiro de partida para pensarmos o multilateralismo à escala global e desenquadrarmos um conjunto de iniciativas", diz Francisco Ferreira. Desde logo com a criação do Programa de Ambiente das Nações Unidas.



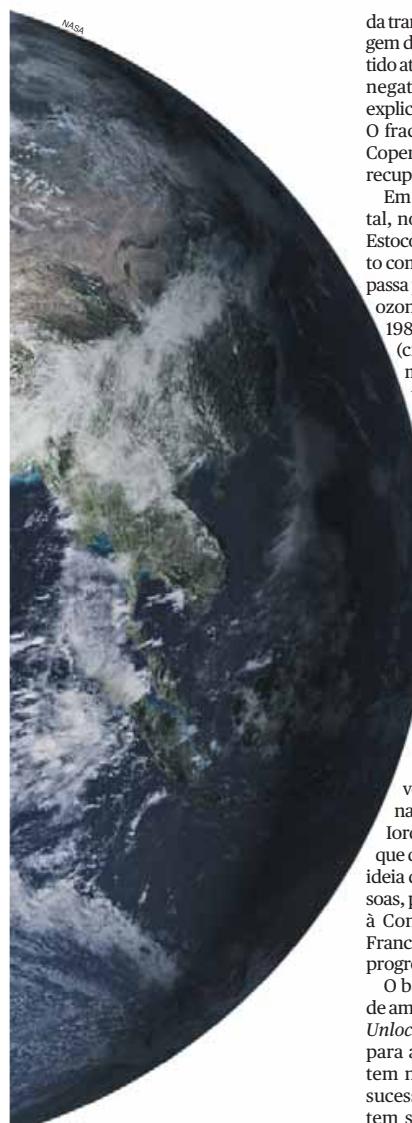
Indira Gandhi
foi a única chefe de Estado presente em Estocolmo há 50 anos

Uma vista geral dos participantes na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano

Viriato Soromenho Marques identifica vários ciclos na política de ambiente internacional, alternando crescimento e declínio. O primeiro, de crescimento, vai de 1962 a 1973, desde a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, até à Guerra do Yom Kippur, e consequente choque petrolífero, e coincide com a primeira Conferência de Estocolmo. O segundo, de retração, vai de 1973 (crise petrolífera) até à entrada do partido Os Verdes no Parlamento alemão, igualada noutros países europeus, em 1983. Novo período de crescimento começa em 1984, com o acidente de Bhopal, na Índia e até 1998, quando se inicia o bloqueio legislativo ambiental nos Estados Unidos.

"E continuamos numa situação de grande estagnação. Houve um falso ciclo positivo em 2007, quando a União Europeia avançou com o pacote Energia e Clima, que juntava as alterações climáticas com as questões





“

A ideia de desenvolvimento sustentável começa a ser criada nessa altura

Francisco Ferreira
Dirigente da Zero

azul.
Saiba mais sobre ambiente em
publico.pt/azul

da transição energética e foi uma viragem da Comissão Barroso, que tinha tido até então um desempenho muito negativo em matéria ambiental”, explica Viriato Soromenho Marques. O fracasso da cimeira climática de Copenhaga, em 2009, pôs fim a essa recuperação.

Em termos de diplomacia ambiental, no entanto, tudo se iniciou em Estocolmo. “Começa todo um trajeto com a discussão sobre a poluição, passa para a destruição da camada de ozono (protocolo de Montréal em 1987) e as alterações climáticas (criação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas em 1988) e o consumo dos recursos e a ideia de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland (1987)”, realça Francisco Ferreira.

Vinte anos mais tarde, em 1992, foi a Eco-92, no Rio de Janeiro. “Ali é marcada a agenda para o século XXI, a chamada Agenda 21, e ali foram aprovadas uma série de convenções, da diversidade biológica, da desertificação [o início da ideia, a assinatura mesmo foi só 1994] e das alterações climáticas”, salienta.

Os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável surgiram na conferência de 2015, em Nova Iorque. “É o que melhor traduz o que devia ser a ação integrada, esta ideia de planeta, prosperidade, pessoas, parcerias e paz”, que dá o mote à Conferência Estocolmo+50, diz Francisco Ferreira. “Vamos avaliar o progresso que houve.”

O balanço é agriadoce, com muito de amargo: o relatório independente *Unlocking a Better Future*, lançado para a Conferência Estocolmo+50, tem números que mostram que o sucesso das iniciativas nestes anos tem sido reduzido: menos de um décimo das centenas de metas globais nas áreas do ambiente e desenvolvimento sustentável acordadas pelos países foi alcançada, ou teve um progresso significativo.

“Quando olhamos para os resultados [destes anos], percebemos que ficaram muito aquém do desejável e do necessário. Mas acabaram por ser decisivos em muitas áreas, pelo menos na limitação dos impactos que as actividades humanas estão a ter em termos ambientais”, avalia Francisco Ferreira.

“A Conferência Estocolmo+50 é para percebermos que o balanço é muito negativo, mas não devemos ter um Estocolmo +100. Esta conferência é uma oportunidade de reflectirmos. Com desigualdades do ponto de vista social e económico, não conseguimos garantir a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, e por isso é que esta conferência fala da prosperidade. E tem a ideia de investir no futuro, de mudar o paradigma do modo de vida de cada um”, resume.

Declaração co-assinada por portugueses

Definir o clima como bem comum da humanidade para limpar a atmosfera

Clara Barata

Duas organizações portuguesas participaram na elaboração de uma declaração que vai ser proposta hoje na Conferência Estocolmo+50 que pretende definir o clima como um bem comum da humanidade. “Hoje, para o direito, o clima não pertence a ninguém. Em termos jurídicos, o bem em si não existe, é apenas uma preocupação comum da humanidade”, explicou Paulo Magalhães, da Casa Comum da Humanidade, que é uma rede internacional com cientistas e juristas de todo o mundo, que dinamizou esta declaração, que envolveu mais de 40 organizações.

“Pelo facto de o clima não ser de ninguém, se alguém investir de forma voluntária para limpar a atmosfera terrestre, que é de todos, fazer aquilo que se chama ‘emissões negativas’, ninguém paga por isso – porque se está a fazer benefícios num bem que não pertence a ninguém, não existe organização para o gerir, nem sistema de compensação”, disse ao PÚBLICO Paulo Magalhães. “No Acordo de Paris [de 2015], o que existe é uma preocupação, em que cada Estado se compromete a tentar fazer menos danos ao clima, um bem que não é de ninguém”, adiantou. O objectivo da declaração é mudar essa situação, redefinindo o clima como um bem comum da humanidade.

Portugal foi inovador, porque na Lei do Clima já reconhece o clima como património da humanidade, isto é, atribui-lhe o estatuto de um objecto jurídico intangível que existe dentro e fora da soberania”, diz Paulo Magalhães. “No geral, o direito continua a olhar para o planeta apenas como um território dividido entre Estados, em que os bens comuns são apenas as partes remanescentes, o mar alto, os fundos marinhos, a Antártida, aquilo que sobra da divisão das soberanias”, explica.

“Ao definirmos um bem, se fizermos actos que lhe são benéficos, isso tem de ter visibilidade no PIB [produto interno bruto] dos países”, diz Paulo Magalhães. Abre-se assim a porta a compensar, por exemplo, países que têm florestas que são sumidouros de carbono. “Porque estão a prestar esse serviço a toda a comunidade global”, afirma Paulo Magalhães.

“Os últimos relatórios do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas explicaram muito bem que, sem retirarmos dióxido de carbono da atmosfera, não conseguimos cumprir o Acordo de Paris, que a temperatura não aumente mais de 1,5 graus”, explica Paulo Magalhães.

“A grande questão é como é que vamos tirar dióxido de carbono da atmosfera, e quem paga isto?”, pergunta.

“Se um país tiver uma floresta que é uma enorme mais-valia na regularização do clima, na captura de carbono, na biodiversidade, contribuindo para o bom funcionamento do sistema terrestre, deve-se arranjar um mecanismo de reconhecimento desse serviço prestados ao mundo”, diz Francisco Ferreira, dirigente da associação ambientalista Zero, que é co-signatária da declaração.

“Um país que causa uma pegada ecológica significativa e que beneficia dos serviços de outro deve contribuir para proteger e salvaguardar esse bem comum, que está no outro

Um país com uma pegada ecológica significativa e que beneficia dos serviços de outro deve contribuir para proteger esse bem comum

país”, complementa Francisco Ferreira. “É mais um modelo para recompensar os países que fornecem serviços essenciais ao sistema terrestre pelo seu esforço”, adianta.

“Qual é a grande vantagem disto? É criar um sistema em que cada um vai tentar minimizar o que tem de pagar e vai tentar exponenciar os benefícios ao comum – para pagar menos ou até receber. Fazer uma competição positiva, de alguma forma”, acrescenta Paulo Magalhães.

“Se não fizermos isto, não vamos conseguir limpar a atmosfera, porque ninguém vai limpar algo que não é de

ninguém, sem ter compensação”, defende Paulo Magalhães. “Assim cria-se uma economia de intangíveis naturais” – em que o bem intangível é o clima, correspondente a um bom funcionamento do sistema terrestre, que dá suporte à vida.

Este sistema implica uma gestão, que a declaração propõe que deve caber às Nações Unidas. “Não seria preciso criar um novo órgão, há um que deixou de ter funções, o Conselho de Tutela. Nasceu para gerir territórios que estavam numa situação jurídica indefinida, sob regime de tutela internacional, mas deixou de ter propósito”, diz Paulo Magalhães. “A ideia é dar-lhe novas funções, para gerir estes bens comuns”, sugere.

Estas ideias partem do reconhecimento do “direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável”, reconhecido pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU como um verdadeiro direito humano em Outubro de 2021. “Os outros pontos são o que é necessário para pôr em prática este direito”, explica Paulo Magalhães.

Mas não espere resistências a estas propostas? “Há sempre os medos dos ataques à soberania. A grande questão é que o bem comum [o clima, reflexo do funcionamento do sistema terrestre] já existe, independentemente de o reconhecermos ou não. Mas ninguém tem soberania sobre a subida do nível dos mares, ou sobre as alterações climáticas, e para exercermos plenamente a soberania do território precisamos que o sistema comum funcione de forma equilibrada”, conclui.

A declaração será apresentada hoje num evento paralelo da conferência *Estocolmo+50: Um planeta saudável para a prosperidade de todos*, num debate a que se pode assistir em direcção na Internet e que se inicia às 10h30 (hora de Lisboa).

NELSON GARRIDO



Um país que tenha uma floresta poderá ser recompensado